

ASPECTOS DO FENÔMENO DO CANGAÇO NO NORDESTE BRASILEIRO (I) (*).

MARIA CHRISTINA RUSSI DA MATTA MACHADO

Licenciada em História pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo.

INTRODUÇÃO.

Na época do Brasil-colônia existiam os senhores de terra e, consequentemente, dos bens da produção, os escravos e uma população pobre.

Os senhores que aqui mandavam, os donos de terra e dos braços da produção, preocupavam-se com o lucro, com a manutenção do prestígio e da liderança.

No século XVIII, os grandes senhores de terra chegaram ao ponto mais alto da prosperidade.

Devemos considerar, entretanto, que eles jamais enfrentaram sozinho grandes dificuldades, e, ao menor sinal de qualquer crise no mercado internacional, que pudesse afeta-los, a Coroa estava pronta

(*) . — Ao dar início à publicação do I Capítulo do trabalho que seria a tese de doutoramento em Ciências (História), que Maria Christina havia sonhado apresentar e defender na Universidade de São Paulo, impõe-se duas palavras de esclarecimento. Pois, no verso da folha 290 do Livro de nº 160, do Cartório de Registro Civil do 20º sub-distrito do Jardim América, está registrado sob o número 179.784 o atestado de óbito de Maria Christina Russi da Matta Machado. Atestado, cuja *causa mortis* diagnosticado pelo Dr. Arnaldo Simões Pinheiro informa: “edema agudo do pulmão, insuficiência cardíaca, leucemia e anemia”.

A data? Na madrugada chuvosa de um sábado, 23 de outubro de 1971. Em sua própria casa, Avenida Paulista 2, Edifício “Anchieta”, apartamento 26. Mais precisamente, no seu quarto — tenda, como ela costumava identificar, numa fidelidade à Federação das Bandeirantes do Brasil, a que havia pertencido desde “fadinha”. Foi ali, no meio de livros especializados, de santos, de bonecos, de pedras as mais típicas, de caixas e caixas de microfilmes, microfi-

a ajuda-los. Compreende-se tal atitude, uma vez que os senhores eram sempre leais ao Reino, além de representarem boa fonte de renda. Seus lucros correspondiam a lucros para a Coroa.

Assim sendo, os proprietários cresceram cada vez mais, e se tornaram donos de grandes glebas.

Como podemos observar, a preocupação constante era o mercado externo, além da utilização de terras e braços, destinados a fornecer produtos agrícolas e extrativos ao mercado europeu.

Não pensavam os homens que para cá vieram, em algo mais sólido, como formar aqui uma comunidade voltada a outras funções econômicas que não o lucro imediato, e a exploração em grande escala. O relacionamento era maior com a Europa; não se interessavam em criar raízes nesta terra.

O colonizador estava ocupado em explorar a terra; o interesse dele era o mesmo da Coroa. Com essa mentalidade escravocrata e de senhores mandando em tudo e enriquecendo com esse tipo de comércio externo, fez-se a nossa colonização, continuando nos 3 séculos seguintes.

Mas o português que para cá veio lutou contra um clima diferente do da sua terra, contra a hostilidade do gentio, contra os animais selvagens. Aprendeu a trabalhar nesta terra, a formar e dirigir o engenho, mandando nos escravos e nos outros trabalhadores, tendo direito de vida e morte sobre seus subordinados.

Ele se adaptou ao meio, mandou e organizou uma sociedade que lhe era válida, mas falsa para os outros habitantes.

É provável que a população pobre não sinta, como sua, a cultura que para cá foi trazida, imposta e adaptada ao ambiente.

chas, fitas sonoras, recortes de periódicos, misturados com peças do seu próprio enxoval de noiva feliz.

Com o casamento marcado para o dia seguinte à defesa da tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, anterior à viagem de núpcias, e também de estudos. Porquanto havia sido distinguida com uma bolsa do Governo Francês, *pour la periode du 15 octobre de 1971 au 31 octobre de 1972*, a fim de preparar um outro doutoramento em História (*doctorat d'Etat*) sob a direção do Prof. Frédéric Mauro, na Universidade de Paris.

Filha única, mimada e amorosa, jovem, bela, feliz, dir-se-ia haver possuído todos os dons, humanamente falando.

Do que seria a sua tese de doutoramento — o livro que publicou em 1969, sob o título *As táticas de guerra dos cangaceiros* (Rio de Janeiro, Gráfica Editorial Laemmert S. A. — série Cultura Popular. 231 pp.) — pode ser considerado uma espécie de *hors d'oeuvre*. Fato que, se de um lado provocou crítica das mais favoráveis em periódicos do país e do estrangeiro, face à agressividade da problemática levantada; de outro, gerou inevitável desentendimento com quem até então a estava orientando. Impacto que, através de amiga comum, a levou procurar o Prof. Eurípedes Simões de Paula que, sem ser especialista na área abordada, mas dotado de intuição carismática, passou a ajuda-la.

Não participou na formação da comunidade a não ser como objeto de trabalho, de meio de produção; suas opiniões não era ouvidas; não havia integração de todos os indivíduos na ordem social. Os libertos, os escravos e os segmentos marginais ou dependentes da população estavam, naturalmente, excluídos da ordem social; não dispunham de meios para acumulação de renda para grangear prestígio social e conquistar o poder; em termos estatais e de castas, era pequeno o número de indivíduos que podiam participar diretamente daquela ordem social mesmo depois de abolida a escravidão. Só elementos componentes da classe dominante conseguiam ter acesso à ordem social competitiva; nem todos os estratos sociais logravam meios para desempenhar normalmente os papéis políticos que os integrariam à sociedade nacional. As leis eram iguais para todos, no papel, mas na prática isso não era válido (1).

Assim, a pesquisa pôde prosseguir, o trabalho estava sendo montado e até mesmo já se cogitava de nomes para comporem a sua Comissão Examinadora. Consultados, officiosamente, pelo orientador, já haviam se comprometido a examinar o trabalho os seguintes professores: Ruy Galvão de Andrada Coelho (titular de Sociologia), Pascoale Petrone (livre-docente de Geografia Humana), Carlos Guilherme Mota (assistente-doutor em História Moderna e Contemporânea) e José Sebastião Witter (assistente-doutor em História do Brasil). Como suplentes foram lembrados os nomes de Fernando d'Albuquerque Mourão (assistente-doutor de Sociologia) e Odilon Nogueira de Matos (titular de História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Eis uma banca de alto nível para uma tese que seria de alto nível. Seria, porquanto se trata de um trabalho incompleto. Lembra-me o Prof. Eurípedes de haver discutido com a candidata, tanto na introdução, com a problemática levantada em torno do tema, como no método e no uso do material coletado, assim como também das fontes e da bibliografia compulsada.

O progenitor de Christina, Dr. Max Barbosa da Matta Machado, foi quem, num esforço hercúleo — advogado aposentado do Estado, sem qualquer informação maior sobre o assunto — incumbiu-se da revisão do texto datilografado, que se transcreverá neste e nos próximos números desta *Revista de História*. Não conseguiu encontrar outros apontamentos, nem mesmo a sua esposa, D. Adalgysa Russi da Matta Machado, que heroicamente acompanhou a filha em temporadas de pesquisa de campo, nos quatro anos em que andou palmilhando a caatinga agreste no rastro dos cangaceiros.

Concientizada dessa lacuna e mais ainda da fecundidade do tema abordado, que abre perspectivas novas para eventuais pesquisadores de uma área até então pouco explorada, a direção da *Revista de História* resolveu publicar o trabalho em apreço e infiltra-lo entre os volumes de sua já famosa Coleção de obras especializadas. Assim, contrariando a fria declaração do obtuário acima mencionado de que “não deixou bens materiais”, a publicação vem provar e comprovar que Maria Christina Russi Matta Machado, deixou como seu testamento espiritual, o seu trabalho inacabado (*Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula*).

(1). — Confronto com Florestan Fernandes — “Sociedade de classes e subdesenvolvimento” (Capítulo — REQUISITOS DINAMICOS DA INTEGRAÇÃO NACIONAL).

Ora, se isto ocorreu mesmo depois da libertação dos escravos e da instauração da República, sem dúvida a situação era bem mais grave quando os senhores de engenho tinham sob sua dependência escravos e a população pobre. É possível que, mesmo inconscientemente, eles percebam que, o que se forma aqui, não é próprio deles, mas são normas e costumes que vieram de um estrato, de cima para baixo. E isto porque quem organizou a sociedade no litoral foi a classe dominante, que subjugou as outras camadas sociais, formando uma cultura (2) adequada às suas condições.

Tanto o gentio, quanto o negro podiam ter suas peculiaridades, seus valores específicos, como religião, arte, mas estes não eram dominantes nem determinantes.

O sincretismo religioso, por exemplo surge, com força, bem mais tarde e não na época por nos analisada, ou seja, a colonização.

Esse homem — o senhor — venceu e se adaptou à terra, mas sem dúvida, isso só vai ser percebido muito mais tarde. É um processo lento, que não foi notado nem mesmo pelos elementos componentes da camada dominante da época.

Caio Prado Junior nos mostra esse aspecto quando escreve:

“carater mais estavel, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida (aqui no Brasil) só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência de nossa formação, veremos que, na realidade, nos construímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu” (3).

POVOAMENTO DO SERTÃO.

O sertanejo penetrou no interior, talvez levado por duas razões principais:

1º). — Aventureiros portugueses ou mestiços que não conseguiram progredir na região da cana, pois deveriam sempre permanecer sob o controle e a benevolência do senhor de engenho, sentindo que jamais chegariam ao cume da pirâmide num movimento vertical, re-

(2). — CULTURA — São usos, costumes, normas, padrões próprios de uma sociedade. São incorporadas e elaboradas pela sociedade para preservá-la. Não é um processo consciente, mas apresenta um mecanismo coercitivo. Quando há ruptura em seu equilíbrio é porque as relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas, são alteradas e colocados outros valores que são também coercitivos, até que estes, por seu turno, se tornem cristalizados e venham a ser trocados.

(3). — Prado (Caio Jr.), *Formação do Brasil Contemporâneo*, págs. 31-32.

solveram — acolhendo os termos da Carta Régia de 1701, delimitadora das divisas da zona que serviria para a grande criação com as da agricultura, na orla marítima — fazer sua cminhda em sentido horizontal, seguindo as trilhas dos índios, penetrando na caatinga, trabalhando com o gado; o que lhes vai permitir liberdade para trabalharem sozinhos, sem ter que dar satisfações diárias a seus patrões.

2º). — Havia terras disponíveis que poderiam satisfazer o interesse pela posse de uma propriedade e isso é possível, na medida em que, mesmo como empregados, trabalhando para um senhor de engenho do litoral, tiveram como pagamento, algumas reses e, com o tempo, poderiam formar fazendas, conquistando uma situação segura, estável.

A vontade de ser livre, de não dar satisfação e nem ter o patrão diariamente lhe impondo ordens, ligados ao fato de formar uma fazenda sua, são os dois motivos mais aparentes da entrada e povoamento de todo o sertão nordestino, que se iniciou em fins do século XVI. Já no século XVIII a região do sertão nordestino estava povoada.

Os veios d'água são também utilizados para o criatório e as melhores terras são usadas na agricultura, pelos que se deslocam rumo ao sertão. Em torno desses veios d'água é implantada a agricultura como meio de subsistência, não só para os vaqueiros como para os próprios povoados que se formam em função dos primeiros.

O sertão nordestino possui solo difícil, ligado a um clima também ingrato como veremos no próximo capítulo.

Mas, apesar das dificuldades, a população cresceu. Tomou conta dos melhores vales, de todos os veios d'água.

O aumento demográfico, porem, não foi uniforme e nem contínuo. Para lidar com o gado não é necessário um grande número de homens; daí as fazendas não apresentarem agrupamentos grandes.

A vida urbana era um foco de aglutinação muitas vezes transitório, reunindo artesão, ferreiro e outros artífices. De igual modo, as feiras eram agrupamentos acessórios, complementares de outras atividades. Não existe comércio intenso e os aglomerados humanos ficam longe, uns dos outros. Mas, os núcleos populacionais existem e estão ligados aos fatores naturais e, em particular, ao da água.

“É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana; na do S. Francisco, dos rios do Piauí, do alto Maranhão (território dos Pastos Bons)” (4).

O homem se preocupa em obter uma fazenda onde haja um “olho d'água”. Esta procura existe desde o século XVI quando penetraram

(4). — *Ibidem*, pág. 63.

na caatinga. No início não havia necessidade de cercas e o gado vivia solto, marcado com a “ferra” que o distinguia no caso de se perder, facilitando, assim, sua devolução ao dono. Para isto, uma vez por ano, faziam uma espécie de festa em que reuniam todos os animais: era a chamada “apartação”. Nessa época os vaqueiros aproveitavam para separar o rebanho, ficando com uma rés em cada 4 ou 5; “dependia de combinar”.

Quando possuíam um número razoável de cabeças, deixavam o serviço de vaqueiro para se embrenharem mais na caatinga, a-fim-de conseguir estabelecer uma fazenda, o que ocorre, regra geral, num outro “olho d’água” (5).

No século XVIII, o sertão, se não está densamente povoado em toda sua área, o está em seus veios de rios.

Intercalam-se, nestas regiões mais favorecidas, faixas desprovidas de água que só as vias de comunicação atravessam. Ao longo delas estabelecem-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais para prestarem concurso às boiadas que transitam na proximidade, ou para recolherem, a baixo preço, alguma rés estropiada pelas longas caminhadas e construir em assim uma pequena fazenda. As cacimbas, poços d’água, congregam quase todo o resto do povoamento. Assim, onde o lençol subterrâneo é mais permanente e resistente às secas, bem como acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população sertaneja, o povoamento se adensa.

Mas, não foi só o gado que deu vida ao sertão; em suas melhores áreas, a agricultura de subsistência aparece, como prática nas fazendas.

Existem regiões melhores em que a agricultura chega a ser muito praticada, e a população passa a viver do seu cultivo: vertente norte da Chapada do Araripe, no Ceará; nos Cariris Novos, onde as águas brotam com relativa abundância dos flancos da montanha, formou-se aí um verdadeiro oasis no deserto agreste das caatingas cearenses.

Os afluentes da Parnaíba no Piauí; Poti e Guergueia permitem a agricultura na região, da mesma forma o Jaquaribe no Ceará. Nestas regiões concentram-se a população e outras atividades além da pecuária e da agricultura.

O comércio é possível pois o trânsito tem certa importância. Entre Juazeiro e Umbu, além de explorarem sal, que abastece boa parte do sertão baiano, do mineiro e, até Goiás, há também um importante entroncamento das comunicações do sertão.

(5). — “Olho d’água” — é uma designação que aparece freqüentemente na toponímia do sertão; como escreve Caio Prado Jr., sem dúvida, a atração do líquido é enorme.

A Chapada Diamantina, com a pequena mineração, reforça o povoamento em seus dois pontos principais; Jacobina e Rio das Contas. Neste último, cultivava-se o algodão.

A pecuária, portanto, está concentrada nas bacias de alguns rios perenes: São Francisco, Itapicurú e Jacuipe na Bahia. Em Pernambuco, margem esquerda do São Francisco desde Moxotó até Pontal (6).

O sertanejo, acostumado à região desde o século XVI, aprendeu a lutar e a compreender o meio, a trabalhar num solo árido e difícil; usou sua técnica, a mais primitiva, não importa, mas, a mais adequada para a região. Naquela época, os meses de chuva, meses de plantar determinados produtos, lugares bons para o gado, para a agricultura de subsistência; tudo foi conseguido, utilizado pelo sertanejo. Com suas mãos, sua inteligência, foi adaptando, entendendo, burilando, organizando.

A agricultura de vazante foi uma das técnicas empregadas pelos colonizadores do sertão.

Venceram o meio, lutando contra o clima, contra o solo, os animais e contra o próprio homem. Formaram assim sua vida, seus costumes, o agrupamento humano de que todos se sentiam parte ativa. Todos ajudaram a criar o que lá existe, todos participaram da formação daqueles povoados, todos sabiam lidar com o criatório, com a agricultura, faziam de tudo.

Os sertanejos formaram uma comunidade com padrões e valores sociais próprios e, por eles vão lutar, no momento em que sentem que são desrespeitados (7).

O misticismo, honestidade e machismo, são três valores que bem caracterizam o sertanejo e pelos quais são capazes de dar a vida quando sentem que estão sendo violentados.

Este é o povo que me proponho a analisar no momento de sua revolta, quando as injustiças lhe são praticadas, levando-o a sentir que a única forma de revidar à afronta é fazer justiça pelas próprias mãos.

Como isto ocorre e *por que*, são as questões que espero responder neste trabalho.

(6). — Prado (Caio Jr.), *op. cit.*, págs. 62 e 63.

(7). — Vide Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*; Caio Prado Jr., *op. cit.*

I

O CANGACEIRO COMO RESPOSTA À VIOLÊNCIA DO CORONEL.

Para compreender o ambiente social que gerou o cangaceiro, é conveniente estudar o aparecimento do elemento dominador da região.

Com este objetivo, vamos tratar, neste capítulo, das componentes que dão origem à formação do cangaceiro como forma de revide, típica do sertão nordestino nos anos que estamos pesquisando.

*
* * *

POLÍTICA DAS OLIGARQUIAS.

O Brasil atravessou uma crise financeira, antes da ascensão de Campos Salles à presidência da República em 1898. Assumindo a primeira magistratura do país, ele celebra acordo com a Inglaterra, medida que, conforme seu entender, resolveria os nossos problemas financeiros (1).

Campos Salles precisava exportar toda a mercadoria de que dispunha o Brasil para pagar empréstimos feitos; para tanto, sentiu necessidade de fortalecer o regime agrário que a seu ver era o mais adequado à natureza da economia brasileira. Qualquer tentativa de promover a industrialização foi colocada em segundo plano. Para fortalecer sua política agrarista, formulou um esquema de relacionamento com os governos regionais, que lhe amparavam os intentos, e dele colhiam compensações para seus Estados. Daí ter lançado a política dos governadores, que significava, na realidade, uma permuta de favores entre as oligarquias regionais e o poder central, sendo que as primeiras poderiam manter-se no estágio agrarista ditado pela própria política econômica do país.

(1). — “A operação de 1898 consistia em fundir, por um período de 3 anos, 1º de julho de 1898 a 30 de junho de 1901, os juros de todos os empréstimos em esterlinos e de certas obrigações ferroviárias, em um *funding-loan* a 5%, cujos juros seriam pagos em dinheiro. Suspendeu-se o pagamento dos fundos de amortização por 13 anos (1º de julho de 1898 a 30 de junho de 1911). O pagamento dos juros foi reatado a 1º de julho de 1901 e o dos fundos de amortização em 1º de janeiro de 1910, dezoito meses antes de findo o prazo previsto em 1898”. Sodré (Wernek), *Formação Histórica do Brasil*, pág. 304.

Na realidade entregava cada Estado federado, como uma fazenda particular, à oligarquia que o dominasse, de forma a que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas do próprio Estado, inclusive pela dominação, com poderes de abafar quaisquer manifestações de resistência.

O Brasil era dividido em tantas áreas de influência, reconhecidas pelo Poder Central, quanto os seus Estados federados. Um acordo, entre oligarquias e o centro, permitia a este governar em paz, comprometendo-se a não se imiscuir nos assuntos particulares dos Estados, os quais seriam resolvidos segundo o interesse de cada uma das oligarquias assim oficialmente instaladas.

Para isso, aquelas oligarquias ou organizavam forças irregulares próprias, à base de um banditismo semi-feudal, ou se valiam de organizações policiais assemelhadas, em tudo e por tudo, a verdadeiros exércitos regionais.

“Essa política só beneficiava os senhores de terras” (2).

Isto porque Campos Salles em sua mensagem de maio de 1899, definia sua política da forma seguinte:

“É tempo de tomar o caminho certo; e o que nós devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que outros países, e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições que nós” (3).

Victor Nunes Leal, explicando o fenômeno informa

... “que o poder central, na Monarquia, não mantendo relações com o município senão para o tutelar, assentava sua força política no mando incontestável exercido pelos presidente de província, delegados de sua imediata confiança”.

(2). — Sodré (Werneke), *ob. cit.*, pág. 306.

(3). — “E o presidente não deixaria de confessar com a tranquilidade dos tempos que “sem eles (os Rothschild) seria difícil calcular quão baixo desceria o nível do nosso crédito”. A essa política de associação com o imperialismo, como é natural, deveria corresponder uma extorsão tributária a que o país jamais assistiria... A política de Campos Salles correspondia assim, à paralização do surto industrial, à submissão inteira das atividades à economia exportadora, à obediência aos interesses do imperialismo, a que se abria o mercado interno, inteiramente desprotegido. A dívida externa, entretanto, cresceria dos trinta milhões de 1890 para os noventa milhões de 1910. A política de restauração imposta pelos credores acarretaria a retração do meio circulante e a ascensão cambial entorpeceria a atividade econômica. A crise de 1898 seria, em suma, o grande negócio da finança internacional; consolidaria a nossa dependência, nada mais se fará sem a audiência do imperialismo e as entradas de capitais estrangeiros, grandes para a época, dão um aparente sinal de euforia numa estrutura

Com a República, porém — acrescenta —

“No lugar do presidente de província todo-poderoso viria instalar-se o todo-poderoso governador de Estado. Campos Salles não tardaria a inaugurar a chamada “política dos Governadores”, que era mais o reconhecimento de um fato consumado que invenção de seu talento político. A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: “ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas num sistema de compromisso que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais”.

Em consequência desse fato, conclui adiante, reflexo político da nossa organização agrária, os chefes dos partidos (inclusive o governo, que controla o partido oficial) tinham de se entender com os fazendeiros, através dos chefes políticos locais. E esse entendimento conduzia ao compromisso do tipo *coronelist*a entre os governos estaduais e os municipais à semelhança do compromisso político que se estabeleceu entre a União e os Estados. Assim como nas relações estaduais-federais imperava a “Política dos governadores”, também nas relações estaduais-municipais dominava o que por analogia se pode chamar “política dos coroneis”. Através do compromisso típico do sistema, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos governadores e deles recebiam o necessário apoio à montagem das oligarquias municipais” — (4) e (5).

de produção que, na verdade, se depauperava. É a fase em que aqueles capitais penetravam, encontrando acolhida franca e garantias extensas para obras portuárias, ferroviárias, empresas elétricas, serviços públicos etc. A monocultura do café avança a passos gigantescos; de 1890 a 1900 as plantações paulistas dobraram, passando de 220 milhões a 520 milhões de pés, mas já em 1905 há um excesso de 11 milhões de sacas na produção” — Sodré (Werneck), *ob. cit.*, págs. 305, 306, 307.

(4). — Leal (Vitor Nunes), *Coronelismo, enxada e voto*, págs. 68 e 69.

(5). — “A criação da “política dos governadores” tem sido atribuída a Campos Salles, de cujo entendimento com os Chefes dos Estados mais numerosamente representados no Congresso resultou a reforma do regimento da Câmara na parte referente à verificação de poderes. Construiu-se desse modo uma engenhosa máquina de *depuração* ou *degola* dos candidatos oposicionistas. Não temos a menor preocupação de acusar ou inocentar Campos Salles, mas talvez fosse mais apropriado dizer-se, mas que de certo modo institucionalizou a política dos governadores. A base dessa política era o domínio dos governadores sobre o voto, por isso procurou o Presidente compor-se com eles para evitar o caminho das intervenções”.

PODER ECONÓMICO.

Concebemos o coronelismo como resultado de superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura economica e social inadequada.

Por isso o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público e a decadente influência social dos chefes locais. Não é possível pois estudar o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil" (6).

.....
"Entretanto, o controle das urnas pelo governo, através dos chefes municipais, e com o auxílio da fraude, da violência e das dádivas, não era um fato novo, surgido no governo de Campos Salles. Já vinha do Império, onde os presidentes de província quase sempre tinham por função precípua ganhar as eleições".

.....
"E o mesmo fenomeno que no Império se verificava com os presidentes de província não subsistiria só no regime de 91: prosseguiu, embora atenuado, no Governo Provisório de 30 e no regime constitucional de 34, e ressurgiu, também com certas perturbações, depois do interregno estadonovista, nas eleições de 1945".

.....
"Este quadro nos revela que o "coronelismo" tem sido, no Brasil, inseparável do regime representativo em base ampla. Sua influência não deixava de se refletir nos próprios defeitos da legislação eleitoral, que só atingiu um grau de satisfatório aperfeiçoamento depois de uma convulsão política mais profunda, como foi a revolução de 1930". Leal (Vitor Nunes), *obr. cit.*, págs. 177, 178 e 179.

(6). — "Assim se vê como os nossos juristas-idealistas, que pretendiam limitar o poder dos municípios para impedir as oligarquias locais, acabaram dando aos governadores os meios de que se serviram eles para montar, em seu proveito, essas mesmas oligarquias locais fundando, assim, as oligarquias estaduais, que davam lugar por sua vez, a essa outra forma de entendimento entre os Estados e a União — que se conhece em nossa história por "política dos governadores". Nessa mais ampla composição política, os instrumentos que mais eficazmente garantiam a preponderância do Presidente da República, eram, na ordem financeira, os auxílios da União, destinados a suprir a escassez das vendas estaduais, e, na ordem política, o reconhecimento de poderes (a degola) que podia manter no Congresso Federal, ou dele expulsar, os senadores e deputados que as fraudes e os chefes locais extraíam das urnas. Tanto um como outro — o compromisso dos governadores com os "coronéis" e o compromisso dos presidentes com os governadores — assentavam, portanto, na inconsciência do eleitorado rural e, por isso mesmo, no tipo de estrutura agrária predominante em nosso país. É evidente porem, que a política dos "coroneis" conduziu ao fortalecimento do poder estadual de modo muito mais efetivo do que a "política dos governadores" garantia o reforçamento do poder federal.

Nas relações federais-estaduais, embora o Presidente da República dispusesse de muitos meios mais brandos e bastante eficazes para convencer das conveniências da reciprocidade aos governadores menos acomodaticios, a *ultima ratio* para o não conformismo seria a intervenção federal que afastava pelo menos a eventualidade de ação armada e cruenta. Nem sempre conviria ao Chefe do

O apoio de que gozavam os coroneis estava baseado em seu *Poder Econômico*. Isto ocorria porque, sendo o dono de vastas áreas de terra, tinha condições melhores do que os outros para expandir-se ainda mais, aumentando seus rendimentos. A terra era mais importante para estes homens que se preocupavam mais em estender seus domínios do que aprimorar a técnica para o aumento do plantio ou mesmo da pecuária.

É o que nos mostra Vilaça em seu livro *Coronel Coronéis*:

“A economia agro-pastoril do Nordeste cresce mais em extensão do que pela intensificação de seu sistema de relações econômicas.

A fazenda é a unidade de produção no sistema agro-pastoril do Nordeste” (7).

Nas fazendas maiores a sede adquire gradativamente o aspecto de um modesto povoado. Somam-se capelas, e outros edifícios, em certos casos. Tais núcleos são verdadeiros embriões de futuras vilas e até cidades.

“Vilas e cidades que conservam o cheiros dos currais, a unidade de sua destinação econômica; que se mantem sem maior estranheza ou protesto submissas ao senhor patriarca. Assim, o Coronel, por força de seus poderes e domínios, torna-se senhor também de povoados, de vilas, de cidades e de municípios. Dono também de riquezas, de terras, de boiadas; dono até de gentes. Essa situação como que se prolonga no tempo, por força do relativo imobilismo social e cultural e da rigidez da estrutura econômica”...

“Os níveis de consumo desses senhores de fazenda são mantidos simplesmente, porem fartos, com elevado grau de auto-sustentência ... (8).

Estado arrostar as possíveis consequências que a repercussão nacional dessa medida poderia ocasionar.

Tais perigos não ocorriam na mesma proporção nas relações estaduais-municipais. Quando falhassem os meios suasórios, nomeações, favores, empréstimos, obras públicas, o destacamento policial sob o comando de um delegado eficiente poderia com relativa facilidade convencer os “coroneis” recalcitrantes, e decerto não falharia, nesta hipótese, a colaboração calorosa de outra corrente política municipal. Semelhante processo de persuasão, frequentemente seguido de violências, não tem no âmbito estadual a mesma repercussão que a intervenção nos Estados pode eventualmente provocar no âmbito nacional, mesmo porque a importância do município em face do estado não é proporcional à importância do Estado relativamente à União”. Leal Vitor Nunes — *Coronelismo, enxada e voto* págs. 69 e 70.

(7). — Vilaça (Marcos) e Roberto C. de Albuquerque, *Coronel — Coronéis*, pág. 25.

(8). — *Ibidem*, pág. 26.

A poupança gerada a partir das duas atividades da fazenda: criação de gado e a lavoura — principalmente de algodão — vai servir para as compras da terra.

Como ficou claro, a criação de gado e a agricultura são as duas atividades principais da fazenda.

O fazendeiro vai-se preocupar em aumentar suas terras para aumentar sua criação de gado e cultura do algodão.

Na medida em que o coronel já estiver escudado em recursos da pecuária o algodão está garantido; então passa a ser visto e se interessar pelo *status* social.

E ele valoriza seu *status* social aumentando suas terras para ter mais gado e mais algodão.

Seu objetivo é crescer como dono de terras, o que vai sendo alcançado. À medida em que amplia sua propriedade, crescem também os recursos de produção, o que vai sendo bem aceito pelo governo central, pois é o coronel que também proporciona ao Estado rendas.

“Assim crescendo como dono de terras muitas simplesmente usurpadas de pequenos proprietários subjugados por “cabras” o coronel se expande em domínio, aumenta o número de seqüazes, fortifica a sua cidadela. Protege economicamente a amigos e persegue a inimigos e desafetos; cria a hegemonia econômica, que promove, não raro, a social, a política, e define o seu caráter de chefe” (9).

Como chefe não aceita a limitação de sua fazenda, almeja mais terras, maior domínio econômico que lhe trará benefícios sociais e políticos.

Por isso, a influência do coronel como presença econômica, longe de circunscrever-se a ambiência das próprias fazendas, e seus moradores, ultrapassa, desta, os limites alcançando as fazendas vizinhas, povoações, vilas e cidades.

“São essas relações de supremacia econômica, no entanto, na maior parte dos casos adocicadas pelo compadrio, instituição que prolonga a família do coronel pelos seus afilhados, comadres e compadres, assim mais discretamente submetidos à sua autoridade um tanto patriarcal” . . . “Todo o sistema de relações sociais e econômicas da sociedade assim estruturada como que exige concentração do processo de decisões nas mãos dos chefes autoritários” (10).

(9). — *Ibidem*, pág. 27.

(10). — *Ibidem*, pág. 30.

PODER POLÍTICO.

“Detendo, pois, a liderança econômica, os Coroneis reúnem implicitamente, o mais alto prestígio político local, disputando ou indicando protegidos para a Intendência, para a Assembléa Geral ou Provincial, para o Senado, para o Conselho da Câmara Comunal, para as coletorias, para os cargos da justiça e da polícia, etc., influyendo, por tais meios, de maneira a mais decisiva, na elaboração das leis municipais; na imposição de tributos e na distribuição de favores; abrangendo sua influência todas as esferas do poder público que se configura, muitas vezes, não como elemento do Estado mas, como um bem privado, familiar” (11).

Para os cargos políticos, os indicados eram os bachareis; tinham uma cobertura econômica e este é um aspecto que está relacionado com a estrutura social.

A política está ligada à classe mais culta, composta dos mais ricos.

Os protegidos dos coroneis tinham possibilidades de estudo, o que não ocorria com os mais pobres (12).

Estes bachareis servem ao interesse da camada dominante, seja no município, colaborando com os coroneis para serem bem vistos, aceitos e conseguirem a ajuda que desejam, seja ajudando o Estado na sedimentação (cristalização da forma política — Política dos governadores). Eles falam bem, escrevem, via de regra, sobre qualquer assunto, e causam boa impressão a quem eles falam. Assim, o coronel sente-se mais seguro perante o governo, para o qual dará total apoio nas eleições.

“A manipulação do voto pelos chefes locais”, a “Política dos Coroneis”, é o elo primário da “política dos governadores”. Os coroneis “dirigindo municípios diminuídos nos seus poderes que

(11). — Moraes (Walfrido), *Jaguços e Herois*, pág. 25.

(12). — “Un vieux policien, conseillant un jeune, lui tenait à peu près ce langage: “Si vous voulez faire seul votre campagne, votre élection ne sera pas validée (c'est en effet la Chambre qui se retire qui décide de la validité des élections qui la remplacent et elle n'hésite point, au temps d'un Pinheiro Machado ou d'un Washington Luiz, à invalider 80% des opposants); bien plus, votre nom ne sera pas écrit sur les listes des candidats (dressés par les pouvoirs locaux, c'est-à-dire par les colonels). Qu'importe, d'ailleurs, puisque de toute manière vous ne seriez pas élu!” Pour avoir quelque chance, il faut être soutenu par un puissant colonel, lequel d'ailleurs accepte volontiers les candidats que leur présentent leur “fondés de pouvoir” de Rio, c'est-à-dire le personnel politique qu'ils soutiennent déjà. Alors tout est clair et simple, le candidat est proposé au vote, il obtient une ample majorité, il est validé à Rio. S'il se tient sage, quelle carrière en perspective!”

Les 3 Ages du Brésil — Charles Morazé, pág. 102. Assim se formava o deputado, o homem que defendia os interesses do coronel na Assembléa.

não têm contato com minguada receita pública, não encontram saída satisfatória para seus interesses pessoais ou para o bem de suas localidades senão pelo conformismo político com a situação dominante no Estado. O resultado final do domínio dos votos pelos governadores, que decidem da composição das câmaras federais e da eleição do Presidente da República, é o compromisso que se estabelece entre o governo federal e os estaduais, com fortalecimento de todo o sistema, que vai assentar, em última análise, na estrutura agrária do país" (13).

"É na concentração da propriedade fundiária rural que os fazendeiros conseguem sua influência política" (14, 15).

O maior número de eleitores é constituído pelo elemento rural. Como diz Vitor Nunes Leal (*ob. cit.*).

"O elemento rural predomina sobre o urbano". "esse elemento rural como já notamos, é paupérrimo. São pois os fazendeiros e os chefes locais quem custeia as despesas do alistamento e da eleição".

(13). — Leal (Vitor Nunes), *Coronelismo, enxada e voto*, pág. 177.

(14). — "A propriedade da terra entre os fatores da liderança política local"

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o "coronel", que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroaramento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.

(15). — Continua o autor — págs. 12, 13 e 14 — "Considerando o problema de conjunto, a concentração da propriedade fundiária ainda é, nos dias atuais, o fato dominante de nossa vida rural."

Apesar do aumento numérico das pequenas propriedades no Brasil, a expressão porcentual da propriedade rural não tem diminuído.

As razões dessa contradição devem ser encontradas na fragmentação, preferentemente, das propriedades médias, na recomposição de grandes propriedades compensando as que se parcelam, ou ainda na sobrevivência de grandes fazendas, mesmo decadentes, pela substituição, por exemplo, da agricultura, pela pecuária". Sobre o assunto também escreve Edgard Carone em seu livro *República Velha*, pág. 253.

"As constituições estaduais dão aos municípios completa liberdade administrativa e financeira: a autonomia permite às câmaras controle total das rendas e verbas o que as leva comumente ao uso pessoal deste dinheiro, tanto em obras particulares como em benefício dos seus simpatizantes. A nomeação do chefe de polícia depende também dos grupos no poder: o apoio do governo estadual permite que eles indiquem o seu candidato, o que lhes possibilite o domínio de todos os trunfos, sendo seus desejos facilmente realizados, ao mesmo tempo que a polícia pressiona a oposição".

“É portanto perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente”. O poder não é apenas mantido pela força. O coronel deve igualmente prestar alguns serviços à coletividade, como sejam, pequenas obras de interesse público, etc. para manter esse prestígio”. A falta de prestígio público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município”.

“É com essas realizações de utilidade pública que em grande parte o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança” (15a).

II

CORONEL E SECA.

A seca impeliu o sertanejo a se revoltar e a se tornar cangaceiro?

A seca agrava a miséria, diminui a força física do indivíduo, levando-o ao depauperamento, e reduzindo-lhe a agressividade.

Tomamos, por base, os dados abaixo tabulados, da pesquisa realizada através de inquérito sobre as relações de fome e seca, distribuindo questionário a pessoas de cinco Estados, no sertão nordestino, sobre a seca e suas implicações no elemento humano, destacando o fator econômico.

Informe sôbre a *relação entre Seca e Fome*

CLASSES/FOME	FREQÜÊNCIA	PERCENTAGEM
Coronel	1	3,45%
Ninguem	6	20,68%
Indivíduo e s/família ..	10	34,45%
Povo	12	41,37%
Total	29	100,45%

A pesquisa revela que esse fenômeno climático e periódico, sempre que prolongado, acarreta fome coletiva. Nesse período os rios secam; os açudes não são suficientes para atender à população; a lavoura é destruída, aniquilada, e a "criação" morre. As famílias pobres perdem as mínimas condições de subsistência e, quando não buscam as estradas na tentativa de matar a fome, alimentam-se de xique-xique, macambira, etc. A fome é a desgraça no sertão, apavorando e desesperando lavradores, e pequenos proprietários de terras.

"O povo começa a sentir a falta de alimentação e trabalho. Começaram abandonar os seus lares a procura de outras regiões melhores para trabalhar, a fim de não vir a morrer de fome. Muitas pessoas não podiam se retirar por falta de condições. Ficavam no maior sofrimento, viviam a procura de caça ou de batatas bravas como cabeça-de-frade. Comem xique-xique assado, batatas de parreiras silvestres, tiram a tapioca para fazer mingau para

alimentar as crianças, pois vi muitas vèzes êstes casos entre flagelados; tudo isso acontecia naqueles anos de seca” (16).

Percebe-se, pelo quadro, a ausência do Coronel, como pessoa atingida sèriamente pelo flagelo da seca, já que suas condições econômicas lhe assegurava possibilidades de sobrevivência, no período das ásperas estiagens.

Sabe-se, no entanto, que os coroneis foram duramente golpeados pelo flagelo, perdendo seus rebanhos e suas culturas, reduzindo suas riquezas por forças das dificuldades conjunturais do momento. Há de se considerar, no entanto, que eles encontram, necessariamente, soluções relativas, já que o Estado lhes propicia créditos bancários e ajuda.

“Durante o ano de 1915, quase todo o gado morreu, inclusive bodes, cavalos, jumentos, galinhas, etc. . . . Durante este ano, não houve lavoura de espécie alguma, porque não choveu em nenhum mês. Houve muito prejuizo para o gado e para a lavoura. Os criadores desta região sofreram bastante com a perda do gado e dos cereais” (17).

“Lembro-me bem dos prejuizos que meu pai e outros fazendeiros tinham no gado e os retirantes unidos nos Estados do, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte à procura de serviço e passando fome” (18).

É necessário frisar que muitos fazendeiros, ou elementos da zona urbana, econômicamente bem situados, aproveitaram-se dos períodos das grandes estiagens para comprar, a preços irrisórios, terras dos sitiantes. Estes se sujeitavam a qualquer negócio, em virtude das condições em que se encontravam, sem “olho-d’água”, muito menos açude, e em função dos problemas financeiros em que se envolveram.

Às vezes a compra não se realizava; eles eram simplesmente expulsos pelos jagunços dos coroneis.

Os sitiantes não tinham empregados (jágunços) a seu serviço; sua mão-de-obra era representada pelo grande número de filhos que possuíam (19).

(16). — Depoimento de Pedro Gomes dos Reis, residente em Várzea da Ema, Estado da Bahia.

(17). — Depoimento de Gregório Nascimento, 58 anos, residente em Macururé, Estado da Bahia.

(18). — Depoimento de Evilásio Ferraz, 63 anos, residente em Floresta, Pernambuco.

(19). — Os livros de Osório Alves de Castro, *Porto Calendário*, e Bagaceira, de José Américo de Almeida, são de ficção, mas devemos mencioná-los por se tratarem de um retrato fiel da região, do povo, e de seus costumes.

“O Major Conrado ganhou o nome de sessenta, todos sabem porque; na seca daquele ano, ele se tornou o homem mais rico desta terra. Foi quando as

“À falta de cereais em toda parte do Nordeste do Estado da Bahia, pelo motivo da estiagem e também da campanha contra os cangaceiros de Lampião, o pessoal ia em animais buscar farinha, milho, feijão, arroz, açúcar e querosene etc..., na cidade de Piranhas, no Estado de Alagoas, com distância de 13 léguas e, para irem fazer compras, reuniam-se sete e oito homens e tinham de ser acompanhados de ida e volta com uma escolta de dez a doze soldados, armados e municados” (20).

A pesquisa buscou saber que tipo de solidariedade existe na época da seca, que tipo de ajuda seria prestada ao flagelado:

PESSOAS QUE AJUDARAM		
A OUTROS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
ajudaram	19	65,55%
não ajudaram	8	27,55%
não informaram	2	6,90%
Total	29	100,00%

solas dos sapatos velhos foram apanhadas nos monturos para se comer, e a honra de uma donzela era oferecida por um punhado de farinha...”

... “Quando se deu o flagelo de setenta e nove, Major Conrado já era um homem rico: Lembro-me como se fosse hoje quando os retirantes amotinados avançavam para assaltar o comércio. Muitos deles já tinham perecido, mas como uma boca só os grandes diziam: “vai chegar recursos do governo e voceis tenham paciência: mais sofreu Nosso Senhor Jesus Cristo”.

“A turba faminta avançou decidida e ao defrontarem as portas dos depósitos de Fernando Sessenta, os jagunços e os soldados abriram fogo. Morreram os dois irmãos Gondin, um com dezesseis e o mais velho, que levava na mão a bandeira do Divino Espírito Santo, tinha dezenove. Coronel Tonico Afonso decidiu: era a lei e mandou enterrar os mortos na várzea das Baraunas. Virando-se para mestre Cornélio, de cabeça levantada suplicou seu Asclepiades: — Diga se estou mentindo? ... E é sabido. No outro dia trovejou, as chuvas vieram e o povo acreditou. Foi a alma dos dois irmãos que trouxeram a bonança, e, de lá para cá, quando o sol estorrica e secam os pastos, as cacimbas enxugam e o gado começa a morrer, os fazendeiros vão fazer novenas no Cruzeiro dos Dois Irmãos e invocam para que as chuvas tragam o salvamento. Ao contrário: se as chuvas são constantes, fartas as colheitas, e os gêneros ficam sem preços nos depósitos, roídos pelos carunchos, o açúcar apodrecendo, as rapaduras melando, o toucinho rançado, os comerciantes dizem por uma boca só: “A fartura também é uma desgraça”, e vão acender velas no cruzeiro para que as almas dos Dois Irmãos resguardem suas sortes.

Agora digam: será somente Conrado Sessenta que pensa na fome em Santa Maria da Vitória? Ela precisa existir, amigos!...”

(Osório Alves de Castro, *Porto Calendário*, págs. 27, 28-29).

“A seca representava a valorização da safra. Os senhores de engenho, de uma avidez vã, refaziavam-se da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica”.

(José Américo de Almeida, *A Bagaceira*, pág. 12).

(20). — Depoimento de “Zé Grande” — Santa Brígida — Estado da Bahia.

Conforme se pode perceber pelos números apresentados, existia solidariedade entre os sertanejos nos momentos das grandes estiagens.

Muito embora toda uma população estivesse envolvida nos problemas relacionados com a seca, a verdade é que existiam aqueles em melhor situação, isto é, os que possuíam algo para vender, conseguindo o suficiente para armazenar cereais, no caso da falta contínua de chuvas.

“Com a seca tudo começa a custar mais caro, os lavradores perdem todas suas plantas e lutam para salvar o gado; muitas vezes as grandes estiagens se prolongam por muitos meses com sol abrasador. Grandes famílias sem abrigo, nesta época, muitas vezes eram obrigadas a lançar mão no que tivesse para não ver muitos, muitas vezes, morrer de fome. Nestas épocas de seca fazia compra de cereais para guardar para prevenção para não vir acontecer passar certas dificuldades embora pequenas quantidades para o passadio da família; até que vinha melhorar” (21).

“A desordem implantada pela fome parecia não ter mais fim. Uma série de medidas desencontradas, na confusão dos primeiros dias de pânico, dificultava prontas realizações estabelecidas no plano geral.

Multidões errantes aterrorizavam as cidades que clamavam para os poderes públicos, retransidas diante de assaltos iminentes às suas reservas pelas massas nauseabundas e terríveis” (22).

A ajuda prestada, a que se refere o questionário, provavelmente estaria relacionada com um pequeno auxílio, para resolver situações de emergência de alguns flagelados, não representando um amparo contínuo, durante o período da seca.

A QUEM PEDE AJUDA O SERTANEJO.

AJUDA PEDIDA —	PERCENTAGEM
A Deus	7% —
Ao Governo	10% —
Ao Coronel	3% —
Ninguém	80% —
Total	100% —

Na pergunta aberta, formulada sobre seca constatamos:

(21). — Questionário: Luiz Leolino Manuel Santos — Monte Santo — Estado da Bahia.

(22). — Barbosa (Orris), *A Sêca* 32, págs. 80 e 81.

“Alguns caem de joelhos é a fé que fazia o povo em voz alta pedindo a Deus um pouco de remissão, morreu muita gente de fome e eu não tendo para dá almenos a metade do povo que me pedia por eu também não tinha; fiquei isolado sem ter o que fazer. Portanto, sei que foi muito horrível e muito triste neste ano de fome ...” (23).

Pensavam tambem no governo, embora sem grandes esperanças para a resolução de seus problemas:

Algumas respostas demonstram o anseio por uma ajuda governamental que não chegou a ocorrer, daí a frustração:

“naqueles anos de secas os poderes públicos não olhavam para o Nordeste, nestas épocas passadas de anos sofridos de secas” (24).

Outros se referem à falta de trabalho e consequente êxodo:

“Quando apareciam as secas tudo tornava-se difícil; para os sertanejos não havia trabalho, não havia sinais, tudo vinha desaparecendo dos mercados, o que aparecia era vendido por preços exorbitantes. O governo não oferecia trabalho para estas gentes flageladas das secas; não havia este feito por parte dos poderes públicos; tinha que este povo andou perambulando, pelas estradas do Nordeste a procura de algum trabalho e alimentação — as lavouras desapareciam à falta das chuvas...” (25).

Com outro depoimento notamos que davam valor à educação, como primeira forma de pedir ajuda: —

“o povo desta região não tinham nenhuma assistência e eram analfabetos, não sabiam solicitar recursos dos governadores, de maneiras que tornou-se um estado de calamidade” (26).

“Os retirantes, que são, sobretudo os debilitados na sua expressão mais triste e lamentável, vencidos na luta travada com os

(23). — Questionário respondido por José Pedro Morais — Santana do Cariri — Estado do Ceará.

(24). — Depoimento prestado por Pedro Gomes dos Reis — Várzea da Ema — Estado da Bahia.

(25). — Depoimento prestado por Cicário Cordeiro — Serra Talhada — Estado de Pernambuco.

(26). — Depoimento prestado por “Ze Grande” — Santa Brígida — Estado da Bahia.

elementos naturaes e com os preconceitos do individualismo só da-
rão acôrdo de sí, de sua situação de miséria phisica e moral quan-
do arrancham nos locaes de socorro, desnutridos e à mingua dos
mais rudimentares recursos de hygiene” (27).

A maioria nem se lembrava de pedir ajuda, e achava que a única
forma de não morrer de fome era sair da terra seca, à procura de me-
lhores condições; muitos saqueavam armazens no povoado, eram os
que ainda tinham um pouco de força física, uma vez que a maior par-
cela, já desgastada pela inanição e falta de qualquer vontade de lutar
por comida, deixava-se morrer pelos caminhos.

O aspecto era desolador, pois a única coisa que encontravam eram
as estradas, e a esperança de terras onde pudessem saciar a fome.

“Grandes levas de famintos, invadindo várias cidades sertane-
jas, assaltavam casas de commércio ou investiam, inopidamente,
contra os feirantes, estabelecendo uma atmospherá de pânico em
todo o Nordeste.

Os flagelados que conseguiam alcançar as capitaes eram logo
enviados para locaes afastados dos centros urbanos, curtindo a
sua miséria phisica longe dos olhos das suas populações, amedron-
tadas como se estivessem diante de um inimigo incommum...”
(28).

Nessa atitude violenta, por parte de uma minoria, não residia um
protesto, mas, apenas, uma atitude de desespero, pois o povo, na sua
grande maioria, aceita placidamente, a fatalidade da seca, como escreve
Orris Barbosa:

“a paciência férrea de um povo ao par de um espírito fata-
lisa, proveniente da tormentação infligida pelo complexo desenca-
deador de suas contradições sociais: a seca, o grande senhor de
terras ociosas, e o chefe político, agentes das agressividades climá-
ticas, econômicas e sociais da região.

“Esses têm sido os três elementos básicos da desgraça nor-
destina.

Dahi a impressionante submissão dessas massas analphabetas
que mesmo no auge da miséria, supportam, quasi sem protesto
algum, o inferno real da fome e da sêde, como se toda aquella

(27). — Barbosa (Orris), *ob. cit.*, pág. 99.

(28). — Barbosa (Orris), *ob. cit.*, pág. 75 e 76.

conjunção de factores adversos fosse proveniente de nossa lei natural” (29).

Que tipo de relacionamento existia, entre patrões e empregados, nas fazendas, na época das estiagens?

Qual o comportamento do coronel nas relações de trabalho com seus subordinados?

CORONEIS DESPEDIRAM E NÃO DESPEDIRAM
EMPREGADOS.

	<i>Frequência</i>	—	<i>Percentagem</i>
não despediram empregados ..	17		58,61%
despediram empregados	8		27,60%
não responderam	4		13,80%
Total	29		100,00%

Os conflitos de classes provavelmente se agravam na época da seca.

O empregado, nessa época, via de regra não é despedido, porque ele representa a força-de-trabalho necessária, ainda mais no período de estiagem, para garantir a sobrevivência, difícil, dos rebanhos nas grandes fazendas (30).

“Mesmo que a sêca destrua todas as possibilidades econômicas de uma fazenda, o vaqueiro administrador não é despedido do serviço. Precisamente durante as prolongadas estiagens é que mais se fazem necessários esses operários pastoris, pois da sua actividade, resistência incommum aos ardores do clima e conhecimento dos meios a ser empregados para minorarem, o quanto possível, os efeitos da crise climática, tudo espera o fazendeiro.

O sertanejo, então, não para um só instante, a procurar nas caatingas a rez esmorecida e a providenciar o corte das cactáceas que servem para alimentar os animaes, queimados os espinhos” (31).

Os dados quantitativos demonstram que houve dispensa de empregados, não representando, entretanto, a causa fundamental do grande êxodo de flagelados.

(29). — Barbosa (Orris), *ob. cit.*, pág. 7 e 8.

(30). — Na época de estiagem o gado era alimentado com xique-xique, mandacará, cabeça-de-frade. O vaqueiro devia cortar, queimar os espinhos e alimentar os animais com esse produto, em cujo interior existia água e a substância nutritiva.

(31). — Barbosa (Orris), *ob. cit.*, págs. 71 e 72.

Ressalta-se, ainda, que a massa faminta não provinha exclusivamente da zona rural, compondo-se, em grande parte, dos arruados.

Entre os mais atingidos pela seca, estavam também muitos proprietários de pequenos estabelecimentos no sertão que, prejudicados igualmente pela estiagem, e sem condições econômicas de sobrevivência, ou vendiam suas terras a qualquer preço, ou simplesmente as abandonavam.

Os sitiante não possuíam, em suas terras, “olhos-d’água”, nem açudes, que lhes ensajessem a permanência facilitando-lhes a vida.

Na realidade, todos os indivíduos, ricos e pobres, sofriam o impacto da seca, mas o coronel, dono de grandes áreas, jamais abandonou sua propriedade em consequência do flagelo, e nem dispensou todos os seus empregados, que representavam, em última análise, a garantia da sobrevivência de seu gado.

Existia a solidariedade na desgraça; na miséria, o pequeno proprietário, ao perder o seu gado, sente também a perda do gado do coronel, mesmo que sejam apenas algumas cabeças.

O sertanejo está ligado, social e afetivamente, ao senhor de grandes terras, que, por seu lado, está ligado ao seu mundo rural; este último, porém, tem um outro universo de relacionamento que é a zona urbana, a metrópole, onde estão localizados os seus amigos políticos, garantindo-lhe ajuda econômica.

Seu universo é mais amplo, mais aberto do que o do sertanejo.

Talvez seja esta uma das razões de o sertanejo dobrar-se diante das dificuldades da viagem com o gado do coronel, e seguir estrada a fora sem ter a coragem de matar a criação, ainda que para saciar sua fome, e de seus filhos. Poderá passar por um povoado, vila, ou até cidade, e, eventualmente, participar de saques com uma leva faminta, que está próxima dele.

Isto não deve ser encarado como violência, mas, apenas, como resultante de angústia, numa época de crise; como ato isolado e espontâneo.

Esse sertanejo acostumado a receber, passivamente, os castigos de Deus, não tinha motivo dentro de seus padrões para se revoltar na época de seca, considerada por ele fenômeno sobrenatural, pois a seca era igual para todos em suas causas.

Também o cangaceiro era atingido pela estiagem, muito embora não passasse fome, pois matava o gado onde o encontrasse, “fosse de quem fosse” (32).

Mas a seca determinou uma mudança em seu tipo de vida. Os grupos se dividiram em sub-grupos, para facilitar a “aquisição” de meios de sobrevivência (33).

Conclusão.

Não obstante a carência de dados estatísticos, posso aventurar-me a afirmar que:

1). — É mais fácil o pequeno proprietário abandonar a região de origem que o assalariado.

2). — Os saques na zona urbana não podem ser considerados como violência consciente e organizada, como rebeldia, mas apenas como gestos voltados ao imperativo da sobrevivência, ocorrendo ocasionalmente.

3). — A seca não gera o cangaço.

4). — Durante as secas, os grupos de cangaceiros não aumentam.

*
* *
*

FORMAÇÃO DE UM CAUDILHO.

De que maneira um coronel vence o poder político e se torna chefe de uma região?

É claro que o aspecto econômico é muito importante, mesmo porque dele se originam todos os demais fatores.

Com o dinheiro, ele terá oportunidade de manter jagunços a seu serviço, para resolver todos os problemas, principalmente rixas com outros fazendeiros fortes. E essa liderança continuará, sendo exercida até o momento em que ele for forte em armas.

Numa mesma região poderá haver alguns coroneis poderosos e, a disputa para dominar a política local e ser beneficiado e aceito pelo

(32). — Expressão do ex-cangaceiro Angelo Roque, vulgo “Labareda”.

(33). — “Zé Sereno”, “Saracura”, “Dadá” e “Labareda” informaram que, no tempo da seca, os grupos se dividiam, ficando cada um com três a quatro elementos apenas. Relataram que nenhum sertanejo procurava os bandos para fugir da seca. “Ele só entrava no bando para fugir das volantes” — “Zé Sereno”.

Estado, é a principal meta. Por causa disso, as lutas são frequentes e, muitas vezes, as questiúnculas chegam até a morte. O grupo, ou o líder de grupo, que tirou a vida de membros de outra família, sabe, perfeitamente, que haverá desforço e ficará preparado para defender-se, ou partirá imediatamente para o extermínio dos outros membros da família agredida. Quando ele tem o apoio do Estado, está seguro de que nada lhe acontecerá. Ocorre que a vingança inelutável e as circunstâncias, impelem a família, ultrajada pela morte de um dos seus membros, a exigir a contratação de muitos jagunços, visto que seu inimigo é forte e tem o apoio oficial. Uma simples rixa de família toma foros de uma verdadeira guerra civil e o vencedor se tornará certamente o novo caudilho da região, com o conseqüente beneplácito do Estado.

O coronel está sempre do lado do governo, o que constitui para ele uma honra. Para o Estado interessa o que vence; qualquer que seja a posição do vencedor, este será utilizado na estrutura do Estado, sempre mais ampla.

Observamos que o Governo da União tem nos governos estaduais suas agências que por sua vez, se amparam nos coroneis municipais. É uma verdadeira pirâmide que serve para manter o domínio político.

No Brasil, a vingança privada vem desde os tempos coloniais e passa a caracterizar a forma de controle social (35).

(35). — Pinto (L. A. Costa), *Lutas de famílias no Brasil* (introdução ao seu estudo). Companhia Editora Nacional. 1949. (Brasília), págs. 18-19-20-24-35 e 36.

“A vingança privada passa a caracterizar a forma de controle social e de repressão ao delito, como parte integrante do que Vierkandt chamou a “ordem existencial” dos grupos sociais, quando, antes do laço territorial aparecer, estreitando as unidades familiares em comunidades de âmbito maior, a família é o quadro onde se desenrolam todas ou quase todas, as atividades sociais e que determina, fundamentalmente, o *status* da pessoa.

.....
Efetivamente, a evolução das organizações sociais humanas parece ter-se feito de modo que a comunidade de sangue precedeu a comunidade de território. Antes que a complexidade da vida econômica e social — com a evolução das formas de produção que de domésticas passaram a se desenvolver em estruturas maiores — determinasse o surgimento da *cidade* como grupo total, uma outra formação social, que era a família ou sociedade de parentes, desempenhava essas funções de grupo total, satisfazendo em si mesma todas as necessidades sociais.

O desenvolvimento do grupo territorial significa, em última análise, o começo daquele processo de institucionalização lenta e progressiva em agências específicas — igreja, Estado, escola etc. — de funções que detinha até então a família-densa, numerosa, multifuncional, solidamente erguida e hierarquizada sobre uma autarquia econômica que lhe servia de infra-estrutura.

A esse tempo a família exerce o máximo de funções sociais, atinge o apogeu de sua evolução hipertrófica, é “um agrupamento político quase completo”.

“Ao longo de quatro séculos de vida administrativa, nossa organização política ainda apresenta sinais evidentes de fraqueza. Por isso mesmo a ordem privada familiar se ve na contingência de suprir essas deficiências estruturais ou mesmo de corrigi-las como neste caso.

Ela concentrava também, em si, todas as funções sociais: centro de produção, baseada na propriedade latifundiária e no trabalho escravo, era mais que uma unidade econômica, uma unidade religiosa, com sua religião e seus deuses, e uma unidade política, com suas leis e sua justiça interior...

Esse tipo de família, família patriarcal, que constitui a única e verdadeira organização social nesse estágio pretérito de evolução humana.

A existência de uma sociedade de parentes com esses característicos de estrutura total e a não existência consequente de um poder super-familiar, poder político com bastante força para impor coercitivamente o primado do interesse coletivo sobre o interesse privado...

As condições, pois, de organização social, indispensáveis ao surgimento da *vendetta*, importam, de um lado.

1). — Na existência do laço de sangue como o mais forte laço social, em consequência de ser a sociedade de parentes grupo total, integrador de personalidade e determinante de seu *status*, e de outro lado, 2). — a não existência ou a existência precária de um poder estatal super-familiar, com autoridade e força bastante para atribuir-se a si mesmo o direito e o poder efetivo de único distribuidor de justiça, de mantenedor precípua da segurança e do equilíbrio na sociedade, pela imposição de um sistema de repressão que ela própria criou.

O mesmo processo de divisão de trabalho que “pela multiplicação dos grupos profissionais especializados, despojou a família, de suas funções secundárias”, deu lugar ao aparecimento de laços e relações sociais extra-familiares, condicionando a institucionalização do poder político na organização do estado.

Antes que esse poder social se organize e se consolide, acima e mais forte que a autoridade e a solidariedade da família cabe a esse poder privado do grupo familiar — ... a prevenção e reparação dos delitos, a segurança, a ordem e o equilíbrio sociais que são assegurados pelas represálias exercidas pela família contra todos os que atentam contra a vida, os interesses e a honra de seus membros. O caráter inevitável imprescritível e impiedoso da vingança, que é consequência da solidariedade da família — a forma precípua de se manifestar e se realizar essa solidariedade-acarreta, pela réplica que sempre se impõe a cada um dos adversários, as tremendas lutas de famílias, forma típica de conflito social.

A vingança privada não deve ser confundida com a Pena de Talião. Nesta, a repressão é proporcional ao crime. “Olho por olho, dente por dente, mão por mão e pé por pé”.

Um “ideal superior de justiça” e de proporcionalidade da pena existe no talião, enquanto que a vingança prima por ser radical e sem limites. Além do mais, o talião se diferencia da *vendetta* em que o talião é caracterizado pela individualização da responsabilidade, que na vingança é eminentemente coletiva.

Ao desencadear a vingança a família luta por seus interesses, sua honra, seu culto, pela integridade de seus membros — tudo sem o que não conseguiria sobreviver. Dai, a violência brutal da *vedetta*. Nela o vingador não procura abater necessariamente o autor do delito que se vinga, mas sim toda família adversária. Se o culpado for um ancião por exemplo, vigar-se nele seria desperdiçar a vingança, há que se abater o chefe da família, ou outro varão, o que represen-

Dir-se-á que existe um poder judiciário. Sim, existe, mas na sua maior parte nos sertões remotos como figura decorativa ou com sentido absolutamente unilateral ajustado às conveniências da chefia política da aldeia que, por sua vez vive nas graças do governo e tem prestígio para fazer pesar mais fortemente na balança de Temis, as suas preferências e os seus caprichos pessoais.

ta a eliminação de um braço forte para a réplica que já se espera. Para vingar um dos seus não basta a morte de um adversário. Dois, dez, vinte a família inteira, sem nenhuma consideração, há que ser abatida.

Organizam-se então *razzias* brutais para o assalto e o massacre da família rival. Chacinam-se clãs inteiras, inclusive crianças. São visadas as mulheres grávidas: o feto poderá ser um futuro inimigo...

Não há, portanto, a proporcionalidade que existe no Talião, tão bem caracterizado pela Bíblia. O Talião aparecerá no declínio da vingança privada, como uma individualização da responsabilidade e da pena, quando a sociedade passa a intervir nas relações privadas em defesa de seu superior interesse. A princípio imposta por um parente próximo da vítima e depois, por um neutro representante da sociedade, a pena de Talião é uma das formas de repressão que substituirá a vingança privada ao seu desaparecimento.

(No Brasil a justiça funcionava para uma classe, ou por um caudilho. Era uma justiça totalmente parcial, daí a vingança. A família se unia por falta de outro tipo de defesa, mas no cangaço quando há desorganização e a insegurança nos temos primos lutando um por outro, de um lado cangaceiros de outro voltante).

“A explicação sociológica dessa situação jurídica é intuitiva. Sendo todas as funções sociais exercidas pela família o desempenho dessas funções cria entre os membros de uma mesma família laços muito fortes, a ponto de não existirem” no sistema de sociedade de parentes, nem direitos, nem deveres em face das obrigações de sangue”. Não existindo, por não ter o desenvolvimento da vida social criado ainda a cidade — uma consciência comunal; não tendo a divisão de trabalho criado ainda os grupos profissionais especializados com uma consciência de classe definida; sendo ainda o culto essencialmente doméstico e a realização do direito, também, tarefa exclusiva da família. — Todas as relações entre os indivíduos, as relações jurídicas inclusive, só se estabelecem, constante e normalmente, no quadro da família.

.....
“A vingança privada aparece e perdura — como forma *normal e legal* da repressão ao delito — quando e enquanto não existindo relações sociais mais largas, o laço de sangue e o mais forte dos laços sociais e a vida associativa se realiza no meio da família patriarcal. Entretanto, — dialeticamente, — dentro da própria organização social, à base dos laços pessoais, transformações importantes se produzem na infra-estrutura social, na base material da sociedade que, entrando em contradição com as relações sociais até então existentes, passam a determinar mudança mais amplas em toda a estrutura, ultrapassando, em suma, a organização gentílica e exigindo e condicionando formas sociais de âmbito maior, onde possam caber atuações e processos, estados de consciência e de espírito, usos e costumes, — leis e normas — nova ideologia que decorre das novas maneiras de viver e produzir.

A cada estágio da evolução econômica, a cada etapa do processo básico de adaptação, corresponde uma consciência e uma estrutura social, como um direito, uma moral, uma religião, um sistema de educação, um tipo de família — um quadro de relações e de vida social”.

Assim, pois, qual deve ser o caminho mais digno do injustiçado onde a lei da força se sobrepõe à força da lei? (36)”.

É o dono de terras, o coronel, que tem o poder de árbitro social.

“É êle, com efeito, juiz entre as questões e disputas humanas na jurisdição de seus domínios, de maneira deveras impressionante. Resolve questões de terra; disputas de dinheiro, casos de família; acata criminosos e malfeitores, que protege exaltando-lhes a bravura e convertendo-os em instrumentos de sua força” (37).

O coronel em seus domínios é o senhor absoluto; desta forma não entra o poder do Estado dentro de sua porteira. Ele manda matar seus inimigos políticos, iniciando-se assim lutas entre famílias no sertão.

O jagunço é o protegido e o protetor; tanto pode ser vaqueiro, agricultor como assassino.

“O jagunço é o homem que sem abandonar o seu roçado ou o seu curral de bois de cria, participa de lutas armadas ao lado de amigos ricos ou pobres. Observadores apressados costumam ver o jagunço como um tipo à parte, na sociedade do vale, trajando-se diferente dos outros, vivendo uma vida à margem de outras vidas. “(o autor refere-se ao São Francisco). Mas, não há engano maior, pois o jagunço é um homem como os outros. O seu chapéu de couro é o mesmo que o vaqueiro usa. O mesmo homem que campeia, perseguindo os bois, nas vaqueijadas, quando necessário, despe o gibão e o jaleco, tira as perneiras e solta o gado, troca a vara-de-ferro por um fuzil, quebra o chapéu de couro na frente e vai brigar como um guerreiro antigo. Não é preciso tirar carta de valente para ser jagunço. Jagunço, todo mundo é, pois no sertão os covardes nascem mortos” (38).

Tal fato podemos observar no livro de Walfrido Moraes, ao narrar as lutas numa região bem mais rica do que as outras do sertão nordestino.

Os problemas entre as grandes famílias eram resolvidos entre si, sem a interferência da Justiça do Estado. Como exemplo podemos citar o que aconteceu em Lençóis (Bahia), quando da morte de um membro da família Matos. O irmão da vítima vai à

(36). — Moraes (Walfrido), *Jagunços e Heróis*, pág. 56.

(37). — Villaça (Marcos), *obr. cit.*, pág. 34.

(38). — Lins Wilson, *O Médio São Francisco*, pág. 135.

“sede do Termo, pede justiça às autoridades, através de processo regular e a consequente prisão dos criminosos” (39).

“A morte pede vingança. De tal forma isso é comum, que quem matou já se prepara para a desforra que virá do adversário”. . . . “eis que os homens de Campestre sonhando com a possível vingança dele, transformaram a cidade por meio de aliciamento de jagunços, construção de trincheiras, abertura de fojos, valados e subterrâneos, em verdadeira praça forte. Ao mesmo tempo, despachavam capangas para outros pontos, à caça de outros membros da família do assassinado, como sucedeu comigo próprio, meu irmão José de Queiroz Matos e meu tio Ângelo de Queiroz, que, felizmente escapamos” (40).

“Não tendo sido ouvido, nada mais restava a Horácio de Matos, a não ser “ir buscar os criminosos” . . . , Reprimir, simultaneamente, o crime e a ofensa. Fazer justiça, lamentavelmente, com as próprias mãos” (41).

É comum, como já vimos, coroneis darem asilo aos assassinos de seus inimigos; assim protegidos, “só trabalharão” para o seu patrão que os ajudam para que não fossem presos. Como exemplo, a descrição feita por Walfrido Moraes da luta pela justiça que Horácio de Matos trava durante meses, sem que os culpados venham a ser punidos. A precatória para a prisão dos criminosos é rasgada, em praça pública, pelo Pretor do Termo, “com o mais profundo desdem”.

A luta é vencida por um caudilho que, em pouco tempo, é aceito pelo governo federal, fazendo-lhe concessões que

“vão muito além de todas as expectativas. O jovem candilho da Chapada Velha (Horácio de Matos), agora líder da Capital do diamante — Lençóis — sai desse episódio engrandecido, fortalecido, prestigiado. É, fora de dúvida, o governador do sertão” (42).

Lutas de famílias, questiúnculas, passam despercebidas pelos governos estadual e federal. O caudilho é respeitado, honrarias lhe são atribuídas, todo apoio lhe é dado; pois há certeza de que poderão contar com ele em qualquer circunstância. É um aliado e aos aliados tudo se concede, tudo se permite. Mas o coronel Horácio de Matos, líder da região diamantina, é envolvido numa trama que lhe será fatal.

(39). — Moraes (Walfrido), *obr. cit.*, pág. 54.

(40). — Moraes (Walfrido), *obr. cit.*, pág. 54. Transcrição do “Diário de Notícias”, “Jornal do Estado da Bahia”, de 28-6-1915.

(41). — Moraes (Walfrido), *obr. cit.*, pág. 55.

(43). — Moraes (Walfrido), *obr. cit.*, pág. 103.

Tudo isso começou quando ele se uniu à oposição, no plano estadual, o que não é frequente; dessa forma é retirado do seu posto de mando, seja pacífica ou violentamente (43).

Os caudilhos são substituídos, podem lutar, mas vencem os que estão do lado do governo estadual ou federal. A desobediência a esta linha política representará certamente, a desgraça para si e para seus amigos (44).

(43). — "... a coluna Prestes empreende a sua famosa marcha rumo ao Nordeste e o Norte, levantando o povo contra o regime vigente e o governo dominante... Conhecendo, igualmente, pelos sucessivos fatos divulgados na imprensa brasileira, o valor guerreiro e os ideais de reformador do caudilho de Chapada Velha, os revolucionários não desprezam o pressuposto de, quando entrarem na Bahia, unirem-se a ele, a fim de escreverem juntos uma nova página da história pátria.

Entretanto, Horácio de Matos não alimenta esse desejo. O anseio que pulsa no seu coração e em sua alma é, todo ele, de paz. Já está saturado de brigar.

Mas, ao revés disso, vê-se envolvido numa nova trama, urdida inteligentemente pelos inimigos que lhe não perdoam: o telegrafista Arlindo Tinoco denuncia ao governo federal que Horácio apoia os insurretos, e o Ministro Francisco de Sá, em nome do Dr. Arthur Bernardes, pressiona por todos os meios o governador Góis Calmon, no sentido de desprestigiar-lo em toda a linha, o que ocorre aligeiramente, sem maiores exames da procedência das acusações e reflete, indubitavelmente, o estado de espírito dos homens que se encontram no poder.

Assim, pois, quando Horácio de Matos chega aos Lençóis, depois de vários dias de viagem de que nessa época, se gasta de Salvador para a Chapada... recebe ali estarrecido, a ofensa da queda de todas as suas autoridades e da nomeação *incontinenti*, de um dos mais terríveis adversários seu para o cargo de Delegado de Polícia da Capital do Diamante". — Moraes, (Walfrido), *Jaguços e Heróis*, págs. 147-148.

A esta afronta deve responder com a guerra.

"Em verdade, é a guerra. E, ante a expectativa de uma invasão que lhe venha infligir a derrota humilhante que jamais sofrera até àquela altura da existência, o chefe da tribo dos Matos manda tocar a inúbia, de novo, e reunir a sua gente em armas.

Guarda o diploma de Senador, que já não lhe tem mais utilidade alguma; o fraque impecável, a calça de flanela, a gravata de seda, todo o traje, enfim, que envergara naquele dia memorável de sua posse na Câmara-Alta e tira do armário, para azeitar o velho rifle *papo-amarelo*, amigo certo da hora incerta". *Jaguços e Heróis*, pág. 150.

(44). — O coronel pode até se revoltar contra o Estado, mas a sua atitude será isolada e não terá consequências maiores para o contexto, uma vez que certamente todos os outros homens fortes da região se voltarão contra ele e a sua queda ocorre rapidamente.

Houve casos esporádicos de união de coronéis rebelando-se contra o Estado, isto porque sendo o Estado um aparelho da burguesia rural, tem compromissos e obrigações das quais não pode se afastar. No momento em que as atitudes de um governador começam a contrariar os interesses gerais dos coronéis eles se revoltam e derrubam o homem que um dia colocaram no poder. O Governo Central, grande proprietário rural, apoia os coronéis pela omissão ou através de atitudes diretas contra seu representante estadual.

O fim de um coronel pode ocorrer em função do seu afastamento político, pela perda de expressão como líder, mas pode, igualmente, se verificar de forma mais violenta pelo assassinio.

Conclusão.

— A prepotência do caudilho gera a violência por ele, ou por interpostas pessoas.

— O caudilho tem atrás de si o amparo do aparelho estadual.

“A criação de forças armadas e as conseqüentes lutas entre si ou contra os governos constituídos são fenômenos constantes e representativos do coronelismo. De Norte a Sul do país, do início ao fim do período, os coroneis, mantem tropas para combates e afirmação de seu poderio: hierarquicamente, as posições da *oficialidade* correspondem às suas posições civis. Em 1924, os chefes políticos de três zonas eleitorais do Estado de São Paulo — Coronel Fernando Prestes, dr. Washington Luiz, Senador Ataliba Leonel — comandam os três Batalhões Patrióticos que se formam. O primeiro recruta homens de sua região e os uniformiza por sua própria conta; o governo de Arthur Bernardes só envia um militar e armas. A oficialidade escalonada é de civis fieis ao velho coronel e nomeados por ele: é composta de profissionais liberais, engenheiros, advogados, médicos e fazendeiros; as tropas, de agregados das fazendas. — Ayres de Camargo, *Patriotas Paulistas na Coluna Sul*, apud E. Carone, *A República Velha*, pág. 254.

“As lutas contra os governos constituídos são frequentes: logo que a junta Governativa toma conta do Poder na Paraíba, em 1889, o Coronel Cunha Lima reúne mais de mil homens para combata-la” (M. Rodrigues de Melo, *Patriarcas e Carreiros*, apud E. Carone, *obr. cit.*, pág. 255).

“Campos Salles, Alfredo Ellis, e elementos do Partido Republicano Paulista levantam tropas de agregados para derrubar o governo de Américo Brasiliense em São Paulo, em 1891. Gumercindo Saraiva inicia a resistência armada contra Júlio de Castilhos (1893), levantando homens de suas coxilhas. Em 1906, Generoso Ponce toma Cuiabá, depõe e mata Totó Paes, apesar da oposição de Rodrigues Alves. Na revolução de 1914, os jagunços do Padre Cícero atacam Fortaleza e derrubam o governo de Franco Rabelo. Em 1920, Horácio de Matos e outros coroneis avançam em direção de Salvador, para depor o governador Antônio Moniz.

As ações armadas se fazem com a simpatia ou oposição do governo federal, mas, o que as caracteriza é a afirmação do *direito de rebeldia* e o reconhecimento dos rebeldes como *entidade jurídica* autônoma. Quando vitoriosos, os movimentos são logo reconhecidos como *atos concretos*, e o governo federal sanciona e reconhece o novo grupo no poder: quando o General Dantas Barreto chega a Cuiabá, em 1906, Totó Paes tinha sido assassinado, e o novo governo é formado pela oposição vitoriosa; Rodrigues Alves nada pode fazer, nem mesmo impor outro governo ou castigar os rebeldes. Além disso, quando, por razões várias, existe convivência entre o governo federal e os rebeldes, as autoridades funcionam como meros espectadores ou cooperam indiretamente: em 1901, o General Câmara permanece indiferente ao cerco de Cuiabá e ao bombardeio da cidade; só quando as autoridades constituídas se entregam é que ele age, usando sua autoridade. Em 1913, o representante federal no Ceará, General Setembrino de Carvalho, procura por todos os meios impedir a chegada de armamen-

— O arbítrio do caudilho promove a injustiça e engendra o revide. O caudilho tem seus satélites, os abusos se espalham, daí as formas de reação. O revide assume vários modelos, entre os quais, o do cangaço.

*
* *
*

VOTO DE CABRESTO.

A grande força do coronel, durante os períodos de sua hegemonia nos sertões, foi o voto, esta arma usada nas mais diferentes situações pelo coronel. Através do voto de cabresto, controlava seu município de influência, ditando normas e fazendo-se respeitar sempre.

A sua liderança significa domínio, e o desrespeito às regras pode levar também à quebra do seu *status* e ao seu desprestígio. O termômetro de sua afirmação regional está na manifestação popular pelo voto. É através deste que ele mantém seu prestígio e pressiona para obter favores necessários, a fim de continuar dominando internamente. No regime representativo, a sua força é o numero de votos que pode fornecer ao candidato; daí, a relação existente entre votar no candidato a um cargo executivo, ou cargo legislativo, e obter favores, empregos públicos, verbas para obras, controle sobre a polícia local etc. Maior quantidade de votos representa maior poder, mais favores e mais imposições (45).

tos a Fortaleza, prejudicando assim o esforço das tropas do Coronel Franco Rabello: ele só se manifesta quando os jagunços do Padre Cícero se preparam para invadir a Capital”. Carone (Edgard), *obr. cit.*, págs. 254-255.

(45). — Referindo-se às transformações políticas no sertão, com a República, assim se exprimiu um coronel do sertão pernambucano:

“O governo provisório nomeava intendentess para as câmaras municipais e, depois de promulgada a Constituição Estadual (em 17 de junho de 1891), realizavam-se as eleições para prefeitos e conselheiros.

Logo aí ele notava a *baboseira*: enquanto, até 1888, havia apenas uns 30 eleitores no município, pois a lei eleitoral exigia a prova de uma certa renda anual, para que o indivíduo se alistasse; já naquela primeira eleição votaram mais de 300 eleitores, alistados sem nenhuma formalidade, na maioria analfabetos.

E a eleição passava a ser a *bico de pena*, ao contrário das realizadas na Monarquia...

É que — esclarecida — houve a fusão dos antigos conservadores e liberais, todos servindo à nova ordem de coisas, e, assim, o alistamento de eleitores era feito intensivamente. E, como as eleições municipais eram feitas de “acordo”, entre os dois grupos, tudo se processava da maneira a mais sumária, numa perfeita farsa. Só alguns anos depois, com a lei eleitoral “Rosa e Silva”, foi que o alistamento tomou nova feição e os pleitos — pelo menos em Alagoa de Baixo — passavam a ter aspectos de seriedade.

Mais tarde, aquela facções se separavam, por injunções de disputas locais, e cada uma delas ia filiar-se aos chefes de correntes políticas surgidas no Estado...

Mas a atuação do coronel não se restringe ao voto de cabresto. Toda uma pressão é exercida, até mesmo muitas vezes no sentido da escolha dos candidatos e em todas as fases do processo eleitoral.

O domínio do coronel, sobre o seu colégio eleitoral, acentua-se na fase áurea de seu poder absoluto. Escolhe entre amigos e parentes os candidatos a postos eletivos municipais; indica candidatos seus a deputado estadual, e mesmo a deputado federal, ou se candidata para assembléias estaduais (46).

Quando ouve os chefes do partido, que segue com amor mistificado pela legenda, não deixa de fazer pedidos e, na fase mais recente, exigências. Divide o coronel, ele mesmo, soberanamente, a votação, entregando pessoalmente a chapa ao eleitor. Para conseguir seus objetivos políticos eleitorais, é capaz das maiores fraudes, muitas vezes

Dali por diante, as competições políticas partidárias se agravaram, e *mandavam* nos municípios aqueles que dispunham do prestígio oficial. Estes chefes-políticos, senhores de braço e cutelo, não perdiam eleição ... porque, quando a corrente opositora era forte, o governo, atendendo a solicitações de seus prepostos, ameaçados de uma possível derrota enviava-lhes em auxílio um contingente *eleitoral* decisivo: uma força policial respeitável, sob o comando de um oficial. Quando a corneta bradava, e a soldadesca fazia alto no quartel a notícia se espalhava e os eleitores da oposição não compareciam às urnas... em *sinal de protesto*". Isso (frisava), até 1930. Porque, com o voto secreto, as coisas mudaram. Hoje, quem recorrer à violência está perdido. Lins de Albuquerque (Ulisses), *Um sertanejo e o Sertão (Memórias)*. Livraria José Olimpio Editora. 1957, págs. 292-293.

(46). — "Falando sobre a representação sertaneja nas Assembléias, lembrava ele (Coronel Quinca Ingá) que, na monarquia apenas uns três ou quatro filhos da região tiveram assento na Assembléia Provincial, — entre estes, o Coronel Leonardo Bezerra de Siqueira Cavalcanti, de Pesqueira, que tomou parte na primeira Constituinte, bem assim Francisco Barbosa Nogueira Pais, de Flores, Francisco Serafim de Souza Ferraz, de Floresta, e o tenente-coronel Francisco Alves Cavalcanti Cambaim.

No começo da República, foram eleitos deputados estaduais o coronel Constantino Rodrigues Lins de Albuquerque e o general Apolinário Maranhão, ambos de Águas Belas — signatários daquela primeira Constituição. Mais tarde, até 1911, os coronéis Francisco Sinésio de Araujo Cavalcanti, de Pesqueira, e Honorato Marinho Falcão, de Ouricuri. Depois disso, o coronel Manuel Aires de Alencar, de Exú, Antônio Medeiros de Siqueira Campos, de Flores e Afonso Ferraz, de Floresta, este ainda eleito depois da Revolução de 30, bem como Eliseu Elói Cavalcanti, de Pesqueira, e Hidelbrando Meneses, de Petrolândia.

Para a Câmara Federal, lembrava êle que apenas 3 sertanejos haviam conseguido eleger-se: o general Apolinário Maranhão, pelo "Terço" assegurado a posição, pela Lei Rosa e Silva; o dr. Sérgio Magalhães e o Dr. Solidônio Leite — este por haver sido incluído na chapa oficial, no governo do Dr. Sérgio Loreto, de quem era amigo desde os bancos acadêmicos — "Agora (dizia o velho Ingá), com a instituição do voto secreto e consequente valorização dos colégios eleitorais sertanejos raro é o município que não é representado na Assembléia Estadual pelo seu chefe político" — Lins de Albuquerque (Ulisses), *ibidem*, págs. 293-294.

acobertadas por juizes e promotores submissos. Fraudes na inscrição de eleitores analfabetos, de coação ao eleitorado, amendrontando por capangas, pelo uso da polícia que manipula como força de coação e de coerção eleitoral. Quando vê formar-se a oposição ao seu prestígio, empiqueta as estradas nos dias da eleição, dando passagem apenas a seus eleitores; constroi currais eleitorais, de onde os votantes saem municiados com chapas, e são escoltados para votar; anula urnas, cuja votação se lhe afigure contrária; destroi documentos eleitorais.

Relacionamento com o governo federal. Com a “Política dos Governadores” mais do que nunca os coroneis do interior vão sentir-se amparados, e capazes de ajudar o governo federal. Em outras palavras, agora, os coroneis lideres de cada região consolidam seu domínio, e sua força política. É a oficialização do poder do coronel.

Seus inimigos e outros donos de terras do sertão lutaram para conseguir também entrar na política. É apenas uma questão de chefe, uma vez que o partido é um só: Republicano. Mudam-se os nomes, mas, todos estão sempre do lado do governo instituído.

O que vamos ver é uma troca de favores do governo federal, dando o apôio ao estadual, não se imiscuindo nas Unidades da Federação, para que possa contar com o domínio da área, em termos políticos.

Por sua vez, o governo estadual, para garantir-se sempre junto ao governo central, precisa ter os municípios de seu lado, sempre a favor do governo instituído.

Assim dá seu apoio ao caudilho de cada município, para receber dele os votos. Não importa ao Estado que tipo de caudilho é, se é bom ou mau, ou como domina a região; o que importa é que seja o chefe, e que dê todos os votos para o candidato do governo.

O “eleitor de cabresto” raríssimas vezes conhecia pessoalmente o candidato, no qual iria votar, e às vezes nem sabia seu nome, reconhecendo-o tão somente como candidato do coronel, o que lhe era mais significativo.

O voto era garantido pela palavra-de-ordem do coronel, e nenhum comício poderia modificar panoramas eleitorais, determinados pela cabeça de um homem.

“Amanhã o senhor passará nos Currais Novos, município de que sou representante, ali não haverá foguete, banquete, falação, e é provável que não lhe apareça ninguém com intuito de manifestação; vai o senhor se hospedar na casa de meu sobrinho Sérvulo Pires, porque o senhor anda aqui atrás de voto e não de manifesta-

ções políticas: tenho no meu município o que outro no Estado provavelmente não tenha: 800 eleitores que tenho em Currais Novos são seus de porteira batida” (47).

Depois de eleger seus candidatos, o coronel passava a exercer influência para receber benefícios, e a solidariedade partidária, chegando quase sempre a impor nomeações, em postos importantes, de pessoas amigas, sem se preocupar com sua capacidade profissional.

“Muitas vezes há confusão entre o lícito e o ilícito, justo e injusto, legal e ilegal.

Aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei” (48).

(47). — *Favores e Perseguições*: — Nos intervalos das campanhas eleitorais e que se processavam os entendimentos que permitiam à facção do poder, ser aprovado pelo governo estadual e ingressar nas fileiras. Uma vez definidas as posições, entra-se então na etapa da compressão. Alguns serão convencidos pelos primeiros indícios de violência. A regra é ser tomado o compromisso que no município se firma de homem para homem. Mas como os compromissos não são assumidos à base de princípios políticos, mas em torno de coisas concretas, prevalecem para uma ou para poucas eleições próximas. Quando vê a necessidade de mudar de partido (o que significa geralmente aderir ao governo) o chefe local ou o “coronel” — retarda o seu pronunciamento. Se sofreu alguma desconsideração pessoal, ou deixou de ser atendido em pretensão que reputa importante, já tem aí o motivo importante da ruptura, por que o cumprimento de sua prestação no acordo não foi correspondido pelo chefe a quem prestou apóio eleitoral. Quando não houver tais motivos, não lhe faltará o grande argumento: não tem direito de impor aos amigos o sacrifício da oposição. E esse argumento que pode ser insincero, é em substância verdadeiro, porque o primeiro dever do chefe local é alcançar a vitória, o que significa obter para sua corrente o apóio da situação estadual.

(48). — Conversa entre o Coronel José Abílio de Bom Conselho e Estácio Coimbra:

“V. excia. deve estar lembrado que eu disse que, numa eleição dura, na pior das hipóteses, ficaríamos empatados. Foi justamente o que aconteceu... Os governistas encerraram as mesas antes da hora e eu fiz o mesmo”.

Dr. Estácio, que já tinha sabido de tudo, riu e disse: —

“Realmente empataram... O senhor tem muita prática de fazer eleição a bico de pena!”... “Não tenho muita, porém não sou dos ruins, e, se V. Excia. não se aborrecer, vou contar um acontecido. Na eleição do Dr. Nilo Peçanha para Presidente da República, o dr. Severino Pinheiro estava como governador e mandou-me chamar. Recomendou-me ele que eu tomasse todo interesse pela eleição e, a certa altura, perguntou-me se em minha terra tinham morrido muitos eleitores. Eu então respondi-lhe que tinha morrido muita gente, pois, a febre amarela alastrara em Bom Conselho e quase não ficara ninguém, até eu mesmo quase ia...”

“O dr. Severino atalhou e disse: “Pois essa gente precisa votar... “Eu então concordei dizendo: “é preciso, dr. Severino. Terei muito prazer em cumprir as instruções de V. Excia., pois é um eleitorado que não me dá trabalho nem despesa e vota seguramente em quem eu quiser ... Com essa história Dr. Estácio riu e comentou: “É por isso que o coronel gosta de fazer todos os mesários?”

Conclusão.

O mecanismo eleitoral, baseando-se no “voto de cabresto”, assegura a hegemonia dos caudilhos locais, emprestando-lhes consequentemente, poderio que não raro atingia os limites do abuso e do arbítrio.

O arbítrio gerava revolta. Porque vinha o excesso, o abuso etc. e daí as violências e, em decorrência, o cangaço.

(Continua).

José Abílio não perdeu a oportunidade e respondeu em cima da buxa:
“Olhe doutor: é por isso que nós gostamos... lembre-se que dividiu comigo os mesários”. Bifu (Waldir), *Um coronel do sertão*. Recife.. 1956, pág. 52.